



Ata da Reunião do Júri do Procedimento Concursal com vista ao provimento do Cargo de Diretor de Departamento Jurídico

Ao décimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, no edifício dos Paços do Município, reuniu o júri do concurso em epígrafe, com a presença de Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal, Paulo Manuel Moreira Ferreira, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro e Joaquim Manuel Boavida Santos Costa, Secretário-Geral da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aplicar a fórmula de classificação final;
2. Proceder à proposta de designação.

I – Classificação Final

Aplicada a ponderação a cada método, a qual se encontra prevista na respetiva ata de critérios, resultou a classificação final dos candidatos, que se encontra anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante (Anexo I).

II – Proposta de designação

Em cumprimento do nº6 do artigo 21º da Lei nº2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, considerando os resultados obtidos pelos candidatos, e que esses refletem a adequação ao perfil exigido, os seja, a *“competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção”*, o Júri deliberou propor a designação do candidato **Joaquim de Oliveira Coelho como Dirigente Intermédio de 1º grau, do Departamento Jurídico.**

Em anexo apresenta-se proposta de designação (Anexo II), com a respetiva fundamentação.

O júri

Paulo Ferreira

Joaquim Manuel Boavida Santos Costa

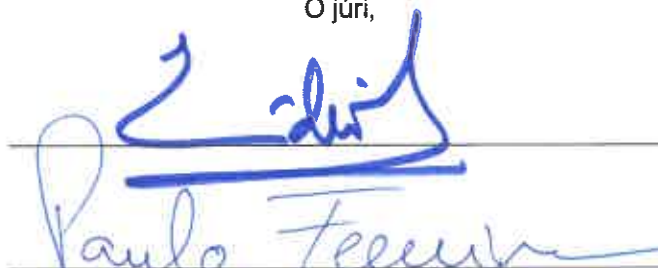
ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRETOR DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Candidatos	Avaliação Curricular (AC)	Entrevista Profissional Pública (EPP)	Classificação Final (CF)
Bárbara Leticia Cardoso Pinto	11,33	13,33	12,73
Cátia Vanessa Gonçalves Valente	13,00	-----	-----
Diana Costa Lima Monteiro Bulhosa	17,33	-----	-----
Joaquim de Oliveira Coelho	12,67	17,33	15,93

O júri,


Paulo Ferreira


Joaquim de Oliveira Coelho



ANEXO II

PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRETOR DE DEPARTAMENTO JURÍDICO

Em cumprimento do n.º 6 do art.º 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e, considerando que:

- a) O Júri do procedimento concursal para o provimento do cargo de Direção Intermédia de 1º grau, para o Departamento Jurídico, definiu os critérios de seleção a considerar na avaliação das competências técnicas e comportamentais;
- b) As competências técnicas foram avaliadas em sede de "Avaliação Curricular", relevando para aquelas, as habilitações académicas, a experiência profissional e a valorização curricular em áreas técnicas relevantes para o exercício do cargo;
- c) As aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, para o exercício do cargo, foram aferidas pelas competências comportamentais previamente definidas, e que estas foram alvo de avaliação no método de seleção "Entrevista Profissional Pública";
- d) O candidato Joaquim de Oliveira Coelho, possui os requisitos legais exigidos pelo nº 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e do artigo 20º, da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, para o provimento do referido cargo;
- e) O candidato revelou possuir elevada capacidade para estabelecer objetivos/propostas organizacionais no âmbito do cargo a desempenhar; muito bom sentido crítico e capacidade de inovação; muito bom nível de motivação relativamente ao cargo colocado a concurso; elevada orientação para resultados; muito boa capacidade de liderança e gestão das pessoas, bem como, possuir muito boa capacidade de tolerância à pressão e contrariedades;
- f) Aplicados os métodos de seleção, o candidato obteve a melhor valoração na classificação final – 15,93;
- g) Se prevê, face ao acima exposto e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção aplicados, um desempenho de qualidade no exercício das funções inerentes ao cargo.

Propõe-se a designação do candidato **Joaquim de Oliveira Coelho**, para Diretor do Departamento Jurídico, cuja síntese curricular se apresenta infra.

Síntese Curricular

1. Nome: Joaquim de Oliveira Coelho

2. Habilitações Académicas

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de Ciências Jurídico-Políticas, em 31 de outubro de 1985.

3. Experiência Profissional

Cumpriu o Serviço Militar Obrigatório, tendo sido incorporado em 10 de março de 1986 na Escola Prática de Oficiais Milicianos, em Tavira, tendo exercido funções como oficial miliciano no Quartel General da Região Militar Centro, em Coimbra, na sua Secção Jurídica, com as funções de assessoria jurídica, e na Polícia Judiciária Militar do Porto, com as funções de inspetor, tendo ascendido ao posto de Alferes.

Realizou o estágio para Advogado, tendo-o concluído com aproveitamento e efetuado a sua inscrição na Ordem dos Advogados em 27 de julho de 1988.

Ingressou na carreira técnica superior, área de Direito, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira em 23 de outubro de 1991, com as funções de assessoria jurídica ao Gabinete da Presidência, vínculo que se mantém.

Exerce o cargo de Diretor do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, desde 7 de fevereiro de 2023 até ao momento, em regime de substituição.

No ano de 1993 frequentou o curso de formação profissional relativo ao Regime Jurídico das Expropriações, levado a efeito pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais.

Santa Maria da Feira, 17 de outubro de 2023

O júri

